

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Educação

**EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO À IGUALDADE E À DIFERENÇA: um
recorte sobre a identidade de gênero**

Belo Horizonte
2020

Thaís Pimenta Guimarães

**EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO À IGUALDADE E À DIFERENÇA: um
recorte sobre a identidade de gênero**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G963e Guimaráes, Thaís Pimenta
Educação escolar como direito à igualdade e à diferença: um recorte sobre a identidade de gênero / Thaís Pimenta Guimaráes. Belo Horizonte, 2020.
138 f.

Orientador: Carlos Roberto Jamil Cury
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Identidade de gênero na educação. 2. Direito à educação - Brasil. 3. Transexualismo. 4. Professores - Formação. 5. Educação - Finalidades e objetivos. 6. Identidade sexual - Aspectos sociais. I. Cury, Carlos Roberto Jamil. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 301.172.1

Thaís Pimenta Guimarães

**EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO À IGUALDADE E À DIFERENÇA: um
recorte sobre a identidade de gênero**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Professor Dr. Carlos Roberto Jamil Cury (Orientador) – PUC/MINAS

Professor Dr. Teodoro Adriano Costa Zanardi – PUC/MINAS

Professora Dr^a. Áurea Regina Guimarães Tomasi – UNA

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2020

AGRADECIMENTO

Esse trabalho científico retrata muito mais do que um ato solitário de minha parte, no desenvolver de uma escrita reflexiva. Nesse sentido, relevar importância a todos que dedicaram uma parcela de contribuição nesse processo criativo implica não apenas o reconhecimento de uma gentileza, mas, também, o expressar de um profundo apreço e respeito.

Assim sendo, empreendo meus maiores agradecimentos a Deus, por se fazer presente em cada passo dessa caminhada, ofertando o seu amparo protetor nos momentos de incertezas e de inspirações.

Ao Professor Carlos Roberto Jamil Cury, por todo suporte e orientação recebidos desde o acolhimento realizado no interstício do ano acadêmico, com seriedade profissional, compromisso docente e ternura humanitária.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado.

Por fim, registro um especial sentimento de gratidão à minha querida família, pela compreensão nas ausências, e, sobretudo, pelo carinho e apoio incondicional. Saibam que nada disso teria valor sem vocês, pois, *“a felicidade só é real quando compartilhada!”*

O ser humano vivencia a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo – numa espécie de ilusão de ótica de sua consciência. E essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão, ampliando o nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar completamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior. (Albert Einstein)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o conceito do direito à educação escolar e direito à diferença dentro do contexto específico de sociedade democrática e pluralista. Para a análise conceitual, tomou-se como uma referência a abordagem específica com o sistema educacional brasileiro. Neste sentido, esse sistema foi projetado à ordem jurídica constitucional positiva vigente e legislação correlata, com as devidas implicações na jurisprudência. Com base nisso, o conceito do direito à educação escolar é apresentado dentro do patamar dos direitos humanos e fundamentais, em saber obrigacional do Estado Democrático de Direito, para um diálogo na perspectiva da diversidade sexual. Daí, a consideração do campo cultural e, neste, a discussão da pluralidade de identidades humanas. No interior destas, tem-se por construído o perfil do grupo LGBTI+ para a compreensão dos novos tipos de lutas marcadas pela reivindicação de direitos e ao reconhecimento da diferença, na dimensão intercruzada de gênero, raça e classe. Tudo isso faz alusão para projetar o conceito do direito à diferença em consideração de análise da pessoa transexual, a partir da percepção das identidades culturais discriminadas por motivo de gênero. Para tanto, aborda-se os temas da discriminação, do preconceito e da violência de gênero em modos de evidenciar sua condição de vulnerabilidade social, principalmente, no que diz respeito à dificuldade de acesso aos direitos básicos da cidadania, tal como, a educação escolar. Sendo assim, tais reflexões levam a indagar: *Como se pode efetivar o direito à educação escolar para a pessoa transexual?* O que se tem com a resposta dessa pergunta, em verdade, é a abordagem das políticas de ações afirmativas, essencialmente vinculadas ao conceito de justiça e enfrentamento de toda e qualquer manifestação discriminatória, de modo voltado à inclusão social e cidadania. Desse ponto de vista jurídico-político, tais argumentos levam a concluir o direito à educação escolar como meio necessário que abre os caminhos para afirmar o *status* de igual liberdade de todos ante o espaço estatal, público, social e privado, a fim de se obter o fortalecimento do convívio democrático.

Palavras-chave: Direito à educação. Direito à diferença. Diversidade sexual. Identidades discriminadas. Transexualismo. Igualdade de gênero. Justiça social.

ABSTRACT

This research aims to analyze the concept of the right to school education and the right to difference within the specific context of democratic and pluralistic society. For the conceptual analysis, the specific approach as a Brazilian educational system was taken as a reference. In this sense, this system was designed to the prevailing positive constitutional legal order and related legislation, with due implications on case law. Based on this, the concept of the right to school education is presented within the framework of human and fundamental rights, in obligatory knowledge of the Democratic Rule of Law, for a dialogue in the perspective of sexual diversity. Hence, the consideration of the cultural field and, in this, the discussion of the plurality of human identities. Within these, the LGBTI + group profile has been built to understand the new types of struggles marked by the claim of rights and the recognition of difference, in the intersected dimension of gender, race and class. All of this alludes to projecting the concept of the right to difference in consideration of the transgender person's analysis, based on the perception of cultural identities discriminated by gender. Therefore, it addresses the themes of discrimination, prejudice and gender violence in ways that highlight their condition of social vulnerability, especially regarding the difficulty of access to basic citizenship rights, such as school education. Thus, such reflections lead to ask: How can the right to school education for the transgender person be realized? The answer to this question, in fact, is the approach of affirmative action policies, essentially linked to the concept of justice and confrontation of any and all discriminatory manifestation, in a way that focuses on social inclusion and citizenship. From this juridical-political point of view, such arguments lead to the conclusion that the right to school education is a necessary means that opens the way to affirm the equal freedom status of all before the state, public, social and private space, in order to obtain the strengthening of democratic coexistence.

Keywords: Right to education. Right to the difference. Sexual diversity. Identities discriminated. Transsexualism. Gender equality. Social justice.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
Art.	Artigo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CID	Classificação Internacional de Doenças
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIS	Cisgênero
CC	Código Civil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Código Penal
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Fundo e Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e Valorização dos Profissionais da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e outros mais
MI	Mandado de Injunção
OC	Opinião Consultiva
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ	Tribunal de Justiça
TRANS	Transgênero
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Objetivos.....	34
1.1.1	<i>Objetivo geral.....</i>	34
1.1.2	<i>Objetivos específicos</i>	34
2	APORTES TEÓRICOS	41
2.1	Conceito de educação como linguagem jurídica.....	41
2.1.1	<i>Educação e direito à educação: um percurso histórico nas Constituições brasileiras</i>	56
2.1.2	<i>Breve histórico</i>	57
3	CONSTITUIÇÃO DE 1988: AVANÇO JURÍDICO DEMOCRÁTICO	65
3.1	A educação básica como direito	67
3.2	Pluralidade de dimensões do direito à educação	73
3.3	O direito à educação e dimensão da liberdade individual.....	76
3.4	O direito à educação e a dimensão social	80
4	DIREITO À DIFERENÇA E DIREITO À EDUCAÇÃO	93
4.1	Recorte de gênero como critério de promoção da igualdade sobre a perspectiva do sistema de proteção dos Direitos Humanos	93
4.2	A teoria da redistribuição e reconhecimento de Nancy Fraser.....	99
4.3	Os paradigmas de reconhecimento e redistribuição: universalismo ou particularismo?.....	103
4.4	Direito à igualdade ou direito à diferença?.....	106
4.5	Direito brasileiro e as ações afirmativas.....	111
5	CONCLUSÃO	121
	REFERÊNCIAS	131